



A SISTEMATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE NATAL-RN

Antônio de Pádua dos santos¹
Joyce Mariana Alves Barros²
Maria Aparecida Dias³

RESUMO

A presente investigação objetiva discutir a sistematização dos conteúdos da Educação Física na Educação de Jovens e Adultos (EJA), tendo como foco investigativo a aplicabilidade das manifestações do acervo da cultura de movimento nessa modalidade de ensino. Para tanto, definimos a seguinte questão de estudo: a) Quais as dificuldades e possibilidades pedagógicas apresentadas pelo(a) professor(a) de educação física escolar para sistematizar os conteúdos ministrados no EJA? A pesquisa será realizada na cidade de Natal/RN, em escolas da rede pública municipal. Contemplará escolas que já definem a Educação Física como componente curricular na EJA. Metodologicamente a abordagem escolhida caracteriza-se como um estudo de caso qualitativo.

Palavras-chave: Educação Física. Educação de Jovens e Adultos. Escola.

ABSTRACT

This research aims to discuss the systematization of the contents of Physical Education in Youth and Adults (EJA), focusing on investigating the applicability of the manifestations of culture of movement in this mode of education. To this end, we define the study question: a) What difficulties and opportunities presented by a teacher of physical education to systematize the contents taught in adult education? The research will be held in the city of Natal, in municipal public schools. It will include schools that already define the physical education curriculum component in the EJA. Methodologically the approach chosen is characterized as a qualitative case study.

Keywords: Physical Education. Youth and Adults. School.

¹ Professor adjunto da UFRN – DEF - Membro do Grupo de Pesquisa Corpo e Cultura de Movimento.

² Aluna da graduação do Curso de Educação Física da UFRN, bolsista de iniciação científica e membro do Grupo de Pesquisa Corpo e Cultura de Movimento.

³ Professora adjunta da UFRN – DEF - Membro do Grupo de Pesquisa Corpo e Cultura de Movimento.



RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo discutir la sistematización de los contenidos de Educación Física de Jóvenes y Adultos (EJA), centrándose en la investigación de la aplicabilidad de las manifestaciones de nuestro movimiento por la cultura común en esta modalidad de la educación. Para ello, definimos la pregunta de estudio siguiente: a) ¿Qué dificultades y oportunidades que presenta la enseñanza (a) profesor (a) de educación física para sistematizar los contenidos impartidos en la educación de adultos? La investigación se llevará a cabo en la ciudad de Natal, en las escuelas públicas municipales. Se incluyen las escuelas que han establecido la Educación Física como un componente curricular en la EJA. Metodológicamente el enfoque elegido se caracteriza como un estudio cualitativo de casos.

Palabras claves: Educación Física. Juventud y Adultos. La escuela.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é um recorte de uma pesquisa que está em seu início e contempla a orientação à iniciação científica na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Por não estar concluída, o que iremos discutir será a partir de dados que foram coletados até este momento.

Refletindo sobre a EJA e esta vivência a qual estamos iniciando na escola, oriunda da orientação de iniciação científica, começamos a perceber e nos indagar como estes profissionais se inserem de fato, no processo de sistematização da educação física escolar. Diante de diversas possibilidades teóricas e pedagógicas favoráveis à educação física escolar, surgem então, diversas formas de se expressar neste processo, enquanto professor na EJA, entre elas, de um ser inacabado e sujeito de reflexões constantes durante o processo de ensino aprendizagem.

Independente das dificuldades que o profissional de educação física enfrenta, no âmbito escolar, um fato inegável e real é a diferenciação de cada aluno, diante das suas formas de se expressar e de conviver. Isto deve ser considerado, principalmente, na EJA, em virtude de se ter numa mesma sala de aula, por exemplo, alunos com faixa etária diferente. Desse modo, a lei esclarece os procedimentos da disciplina onde o professor tem o papel de concretizar a relação teoria-prática. Percebemos, no trecho a seguir, a importância da disciplina, como componente curricular, posto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (aprovada em 10.05.2000, p. 63):

Os componentes curriculares ligados à Educação Artística e Educação Física são espaços oportunos, conquanto associados ao caráter multidisciplinar dos componentes curriculares, para se trabalhar a desinibição, a baixa autoestima, a consciência corporal e o cultivo da socialidade. Desenvolvidos como práticas sócio-culturais ligadas às dimensões estética e ética do aluno, estes componentes curriculares são constituintes da proposta pedagógica de oferta obrigatória e frequência facultativa. Contudo, a oferta destes componentes não será obrigatória para os alunos no caso de exames supletivos avulsos descolados de unidades educacionais que ofereçam cursos presenciais e com avaliação em processo.



Percebermos em nossa prática pedagógica, como também, na observação sobre pesquisas na área da Educação Física escolar a escassez de estudos relacionados ao diálogo entre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a Educação Física. Assim, sendo, destacamos como objetivo deste trabalho discutir a sistematização dos conteúdos da Educação Física na Educação de Jovens e Adultos (EJA), tendo como foco investigativo a aplicabilidade das manifestações do acervo da cultura de movimento, tendo como referência os PCN's.

Metodologicamente a nossa abordagem se caracteriza como um estudo de caso qualitativo, “[...] pertinente, quando se trata de tentar responder a problemas ou perguntas que se formataram em ‘comos’ e/ou ‘por quês’ e que se interessam por acontecimentos contemporâneos dos quais obtemos poucas informações sistematizadas” (MOLINA, 1999, p. 97). No âmbito educativo esse tipo de estudo se define no intuito de compreender “[...] ação educativa em uma dimensão educativa” (idem, pag. 98).

Inicialmente esclarecemos que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é direcionada a aprendizagem do jovem e do adulto. Isso nos faz refletir a respeito da sua legalidade estabelecida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96. No sentido de compreender com mais clareza o que está na lei, apontamos trechos concernentes a essa modalidade de ensino. Dessa maneira chamamos a atenção para o que elenca a lei em alguns dos seus artigos regulamentares. Então vejamos os artigos que tratam da EJA:

Art. 37º. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º. Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. 22 § 2º. O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Art. 38º. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º. Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I -no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II -no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º. Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames (BRASIL, 1996).

Observando o que estabelece a lei, podemos perceber que ela por si só não basta para garantir as condições de acesso à escola para os jovens e adultos. A lei só terá aplicabilidade concreta, no nosso entendimento, se esta estiver intrinsecamente ligada a uma política pública responsável e comprometida com a garantia à ação dos direitos dos alunos e deveres públicos com o social.

O contexto histórico da EJA e sua legislação vigente já apontam caminhos para a sua viabilidade na escola, refletindo de forma direta no seu trato didático-pedagógico. Mesmo assim, diversos estudiosos têm se dedicado ao estudo dessa modalidade de ensino, entre eles Arroyo (2006, p.34) quando aponta que a EJA passa por um momento de delicadeza e de indefinição, chegando a afirmar que os caminhos que são apontados para defini-la enquanto modalidade de ensino é “[...] diluí-la nas modalidades escolarizadas de ensino fundamental e médio vistas como a forma ideal, ou configurá-la como um campo específico do direito à educação e à formação de coletivos marcados por constantes sociais”.



Diante dessa definição podemos perceber a falta de compromisso com a EJA, exigindo da Escola uma reflexão a respeito do seu papel perante a sociedade e com aqueles que dela precisa, ou seja, repensar profundamente a sua prática pedagógica, sem se desvincular das questões curriculares, sem deixar de se perguntar qual projeto pedagógico construir, desencadeando em planejamentos anuais coerentes com a realidade da escola e daqueles que a frequenta, para que se tenha reflexo positivo no processo de ensino-aprendizagem.

Nesse sentido, a EJA precisa reconfigurar suas ações para não ficar a reboque das propostas do Ensino Fundamental e Médio presente nas práticas pedagógicas dos professores, em virtude das políticas públicas direcionadas para esse segmento, conforme defende Arroyo (2006, p.36): “Qualquer proposta de EJA que acredite nessa linearidade dos processos de aprendizagem e desenvolvimento humano nascerá fracassada, incapaz de entender seres humanos que carregam trajetórias fragmentadas, negação de qualquer linearidade”.

Estas instabilidades que perpassam a EJA sejam elas de cunho didático-pedagógicos, metodológicos e legais, nos move a pesquisar essa modalidade de ensino no que tange a sua relação com a Educação Física.

A Educação Física como Componente Curricular e a EJA

A Educação Física é uma prática pedagógica e uma área de conhecimento, responsável pelo processo de ensino-aprendizagem da cultura de movimento, ou seja, um conjunto de conteúdos e de práticas corporais que compreende: jogos, danças, esportes, ginástica e as lutas (BRASIL, 2002). Esses conteúdos são os que permeiam os conhecimentos e os saberes, os quais os educandos devem ter acesso, seja vivenciando, conhecendo e dialogando sobre os mesmos nas aulas de Educação Física.

Assim, cabe à Educação Física em sua ação pedagógica, superar o estigma que foi criado e enraizado erroneamente na sociedade e no ambiente educacional escolar, de uma forma em geral, de que a prática pedagógica nas aulas de Educação Física é compreendida apenas através da brincadeira ou do esporte. Este último, muitas vezes, compreendido como a própria Educação Física, enfatizando uma ação pedagógica voltada para o treinamento e desempenho.

O que se verifica no decorrer da história da Educação Física é que suas aulas ainda são consideradas como um “passa tempo”, “para cansar os alunos para chegarem calmos nas outras disciplinas”. Será essa a função da Educação Física enquanto componente curricular na escola? A educação física não tem algo a ensinar? Nesse sentido, é que se faz importante e necessário compreendermos que a Educação Física tem algo a ensinar, tem um conteúdo a ser explorado, “[...] específicos advindos das práticas corporais” (MELO, 2008, p. 62).

Esse discurso de que o professor de educação física faz outras tarefas é bastante recorrente como ouvimos ao entrevistar uma das diretoras das escolas municipais escolhida para a nossa pesquisa:

[...] a professora faz apresentações principalmente nas datas comemorativas na quadra ou em alguns outros espaços da escola, por exemplo, no São João, eles apresentam a quadrilha, trabalhando os temas na sala de aula.

As aulas segundo a diretora são teóricas, pontuando que a professora tem dificuldade de levar os alunos para a quadra, alegando cansaço por passarem o dia trabalhando.



Compreendemos, também, que os conteúdos ao serem selecionados, eles sejam capazes de atenderem aos interesses dos alunos. Saviani (2007) ao fazer críticas a conteúdos que não atendem aos interesses dos alunos, afirma que estes não passam de uma farsa, de um arremedo. Para o autor, os conteúdos ao fazerem parte do domínio da cultura, eles devem ser fundamentais, relevantes e significativos para que a aprendizagem aconteça.

Historicamente a educação física no Brasil foi constituída por modelos pedagógicos direcionados para as questões de cunho higienista, militarista e eugenista. Esse modelo histórico passa a mudar a partir da década de 1980 com uma discussão ampla e uma reflexão radical desse conjunto de paradigmas, na busca de um enfoque crítico para uma nova identidade de Educação Física no universo educacional. De acordo com Duckur (2004, p. 40), no final dos 1980 e nos anos de 1990 surgem novos enfoques pedagógicos buscando

[...] o desenvolvimento de algumas novas propostas cujo ponto de identidade foi a intencionalidade em superar o paradigma da aptidão física e inaugurar uma prática baseada em valores humanísticos que promovesse a melhoria da qualidade de vida, a formação para cidadania e o alcance da consciência crítica.

A década de 1990 é marcante para o surgimento de novas propostas pedagógicas e da construção crítica na área da Educação Física, com investimentos em produções científicas e pesquisas no intuito de mudar os velhos paradigmas e na construção de novos.

Uma obra elaborada na década de 1990 é bastante significativa para esse repensar na área da educação física e de sua sistematização, intitulada Metodologia do ensino da educação física em 1992, denominando-se de Crítico-Superadora, editada por um coletivo de autores. Essa utiliza-se de um discurso direcionado para a justiça social, de aporte teórico marxista, centrada nos interesse da classe trabalhadora. Traz em seu bojo o conceito de Cultura Corporal, sendo este um referencial para o conhecimento na área da educação física. Para que esse conhecimento seja efetivado na escola, propõe que ele seja dividido e operacionalizado em ciclos de ensino ao mesmo tempo em que considere a história cultural dos educandos partindo da sua realidade.

Proposta essa compartilhada por Darido (1999, p.140) quando afirma que

A Educação Física como disciplina implica na promoção da reflexão através do conhecimento sistematizado, há um corpo de conhecimento, um conjunto de práticas corporais e uma série de conceitos desenvolvidos pela Educação Física que devem ser assegurados.

A busca da sistematização do conhecimento na educação física é uma necessidade sem deixar de ser um desafio. Na visão de Melo (2006, p.189)

Organizar didaticamente os conhecimentos pedagógicos da Educação Física é assimilar a necessidade de sistematização dos seus conteúdos para possibilitarmos uma aprendizagem mais ampla e plural, pois os alunos não se apropriam de um conhecimento específico em uma única aula, uma vez que a aprendizagem é um processo gradativo.



Outra proposta bastante marcante na área da Educação Física é a Crítico-Emancipatória elaborada por Kunz (2001). Esta proposta surge com o intuito de romper com o modelo hegemônico do esporte e aptidão física, predominante nas aulas de educação física até a década de 80. O autor propõe uma reflexão sobre as possibilidades de ensinar os esportes pela sua transformação didático-pedagógica, de tal modo que a educação física contribua para a reflexão crítica e emancipatória dos educandos afirmando que a “Tarefa da educação crítica é desenvolver as condições para que as estruturas autoritárias e a imposição de uma ‘comunicação distorcida’ possam ser suspensas e encaminhadas no sentido de uma emancipação que corresponda a realidade” (KUNZ, 2001, p. 122).

Segundo Kunz (2001), o ensino na concepção crítico-emancipatória, deve ser um ensino de libertação das falsas ilusões, interesses e desejos, criados e construídos nos alunos pela visão de mundo que apresentam a partir do conhecimento. O autor defende o ensino crítico, pois é a partir dele que os alunos passam a compreender a estrutura autoritária dos processos institucionalizados da sociedade e que formam falsas convicções, interesses e desejos.

Em síntese, a abordagem Crítico-Emancipatória, proposta por Kunz (2001), propõe uma forma de ensinar a educação física na qual a participação dos educandos é de fundamental importância, despertando, nos mesmos o senso crítico, a criatividade e os aspectos democráticos, de forma responsável.

Além dessas teorias enunciadoras de mudança na área da Educação Física tem-se atualmente a necessidade da construção de uma proposta de Educação Física para Educação de Jovens e Adultos que se constitua, simultaneamente, numa necessidade e num desafio. Trata-se de ajustar a proposta de ensino aos interesses e possibilidades dos alunos da EJA, a partir de abordagens que contemplem a diversidade de objetivos, conteúdos e processos de ensino e aprendizagem que compõem a Educação Física escolar na atualidade.

Nesse sentido, a educação física carece de uma sistematização dos seus conteúdos e segundo Melo (2006, p.189) essa poderá possibilitar “[...] uma aprendizagem mais ampla e plural, pois os alunos não se apropriam de um conhecimento específico em uma única aula, uma vez que a aprendizagem é um processo gradativo”.

Pensando dessa maneira, acreditamos que a educação física escolar, especialmente na EJA, precisa ampliar suas possibilidades de ensino abrir-se a novas abordagens sobre a cultura de movimento. Para Soares, (1996, p.11) “[...] a educação física na escola é um espaço de aprendizagem e, portanto, de ensino. E o que ela ensina?”. Essa indagação parece óbvia, mas capaz de provocar uma série de reflexões às quais a escola não se propõe a responder nem tão pouco a educação física.

Ao relacionarmos a Educação Física com a EJA os problemas são ainda maiores. A LDB garante que a Educação Física seja oferecida a todos, apesar de facultativa nos cursos noturnos, Os alunos desse turno, ainda gozam do direito de dispensa em casos como, por exemplo, para quem trabalha seis horas consecutivas, tem prole, entre outros. A não obrigatoriedade nos cursos noturnos fere abertamente vários princípios da Constituição.

A nova LDB reforça a exclusão dos jovens e adultos que precisaram parar de estudar para poderem trabalhar e, com isso, não tiveram acesso ao ensino da Educação Física. A Lei só vem a reforçar a continuidade da exclusão na área da cultura de movimento. Além do mais, existe uma desvalorização e preconceito nas escolas diante dos alunos da EJA, como podemos perceber no discurso da diretora de uma escola.



Existe um grande preconceito por parte dos alunos, eles têm vergonha de voltar a estudar depois de tanto tempo ou simplesmente fazer EJA. Eles têm que se valorizar. Acreditar em si. Muitos alunos chegam na escola e falam: 'eu estou vindo porque me convidaram. Eu tenho vergonha'. Este preconceito da EJA já se dá pelo próprio sistema educacional, pois, para manter a EJA, a gente sofre, a secretaria vem inspecionar e se não tiver o número de alunos que eles esperam eles tentam fechar o turno e a gente luta para não fechar, alegando corte de gastos, para que a escola não precisasse funcionar durante a noite e ter mais custos para os cofres públicos'.

Deixar de oferecer o ensino da Educação Física aos cursos noturnos é uma forma de discriminação e de negação de um direito garantido em lei desde a formulação da proposta curricular da EJA lançada pelo MEC em 2002, contemplando a Educação Física. Pela não obrigatoriedade acaba dificultando o acesso e o estabelecimento de condições para a consolidação da mesma na escola. Uma forma de impossibilitar ao aluno da EJA de conhecer o seu corpo, saber das suas possibilidades e limites, de entrar em contato com práticas corporais que possam despertar um conhecimento e um cuidar de si que se encontra cada vez mais distante das pessoas quando se tornam adultos, entendemos que favorecer este processo também é obrigação da escola.

Considerações Finais

Diante dos primeiros dados evidenciados nesse início de pesquisa, a inserção da educação física na EJA ainda necessita de um longo processo para que essa seja reconhecida nesse nível de escolaridade.

Dessa forma, necessário se faz abriremos novos espaços investigativos no sentido de estarmos contribuindo academicamente e metodologicamente (as questões metodológicas serão intensificadas na segunda fase da pesquisa) para o aprofundamento da temática da sistematização do conhecimento na Educação Física escolar, em especial na EJA.

Essa pesquisa se torna relevante ao realizar-se empiricamente na escola, por acreditar que assim, ela dará voz e vez aos docentes que atuam nessa modalidade de ensino desvelando suas dificuldades, reflexões e possibilidades diante dessa temática.

O grande benefício esperado com a realização da pesquisa é termos um indicativo de sistematização pedagógica dos conteúdos, expressando a hierarquização dos mesmos, que vai da Educação Infantil ao Ensino Médio nas escolas, em especial da EJA, aspecto que muito irá contribuir para a formação dos alunos de graduação em Educação Física, como também, para o fomento de novas pesquisas aplicadas em nível de pós-graduação em Educação Física Escolar.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzáles. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES; Nilma Lino. **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

BRASIL, MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Brasília, 1996.



_____. **Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica.** DF. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Parecer CEB nº 11/2000- Aprovado em:10.05.2000.

_____. **Ministério da Educação.** Secretaria de Educação Fundamental. Proposta curricular para educação de Jovens e Adultos, 2002.

CASTELLANI, Filho. **Política Educacional e Educação Física.** Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

DUCKUR, Lusirene Costa Bezerra. **Em busca da formação de indivíduos autônomos nas aulas de educação física.** Campinas: Autores Associados, 2004.

KUNZ, Elonor. **Transformação Didático-Pedagógica do Esporte.** Ijuí: UNIJUÍ, 2001.

MELO, José Pereria. A educação física como componente curricular: seu lugar entre os saberes escolares. In: OMAR, Schneider (Org.) [et al] **Educação física, esporte e sociedade: temas emergentes** . São Cristovão, UFS, 2008. (Coleção: Educação física, esporte e sociedade: temas emergentes, v 2).

_____. **Perspectivas da Educação Física Escolar:** reflexões sobre a educação física como componente curricular. Revista Brasileira de Educação Física e Esportes; V.20, Setembro 2006.

Metodologia do ensino de educação física/coletivo de autores. São Paulo: Cortez, 1992.

MOLINA, Rosane Maria Kreuzburg. O enfoque teórico metodológico qualitativo e o estudo de caso: uma reflexão introdutória. In: TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva; NETO, Molina Silva. **A pesquisa qualitativa na educação física: alternativas metodológicas.** Porto Alegre: Ed. Universitária/UFRGS/Sulina, 1999.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia:** teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. 39 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007 (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo; v 5).

SOARES, Carmem Lucia. **Educação física:** conhecimento e especificidade. Revista paulista de Educação Física. São Paulo: papirus, supl.2 p.6-12, 1996.

Email: paduasant@gmail.com

Rua Itapiuna, 2102, conjunto Panatis I, Natal/RN. Cep. 59.108.110.

Email: joycembarros@yahoo.com.br

Rua das Angélicas, 22, conjunto Mirassol, bairro capim macio, Natal/RN. Cep: 59078-130

Recurso para apresentação: Multimídia.